

LETRAMENTO LITERÁRIO INDÍGENA COMO EMPODERAMENTO IDENTITÁRIO EM TERRITÓRIO SEMIÁRIDO*

Sérgio Gonçalves Ramalho**

RESUMO

O presente artigo tece considerações sobre a possibilidade de o letramento literário indígena contribuir para o fortalecimento da identidade étnica em Território Semiárido. Uma das possibilidades é a leitura literária situada de textos ancestrais na educação indígena, como elemento revitalizador da afirmação identitária e de resgate da memória histórica. Nesse contexto, consta, neste trabalho, na íntegra, uma lenda de referência ancestral do Povo Pankararu, inserido em Território Semiárido, além de breve e relevante relato sobre essa lenda, cedido por uma professora indígena dessa etnia. Pautado em referenciais bibliográficos de pesquisadores renomados, este texto se propõe a contribuir, dentro dos limites epistemológicos, para a ampliação desse debate.

Palavras-chave: letramento; letramento literário indígena; empoderamento; identidade.

ABSTRACT

This article reflects on the possibility of the indigenous literary literacy contribute to the strengthening of ethnic identity in semi-arid territory. One possibility is the literary reading of ancient texts in indigenous education as a revitalizing element of identity affirmation and recovery of historical memory. In this context, consists in this work, in full, an ancient reference legend Pankararu people, inserted in semi-arid territory, as well as brief and relevant account of this legend, given by a native teacher of this ethnic group. Lined in bibliographic references of renowned researchers, this paper aims to contribute, within the epistemological limits to the expansion of this debate.

Keywords: literacy; Indian literary literacy; empowerment; identity

1 INTRODUÇÃO

* Artigo produzido pelo autor, na condição de Aluno Especial, no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), no semestre 2014.1, como trabalho de conclusão da disciplina Políticas de Letramento, ministrada pelo Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos.

**Licenciado em Letras/CESVASF e Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa/Universidade Gama Filho. Professor de Língua Portuguesa e Literatura do Colégio Estadual Luiz Viana Filho e do Centro Educacional Zenor Pereira Teixeira/Santa Brígida-BA. E-mail: sgramalho2014@gmail.com

Inicialmente, será abordado, neste trabalho, o conceito sobre a questão do termo letramento, segundo um documento oficial, e, a partir dessa conceituação, serão expostos alguns questionamentos, na nossa visão, pertinentes ao contexto. Em seguida, para corroborar com essa discussão, uma rápida passagem sobre a questão da interculturalidade, na visão indígena, de um povo situado em território semiárido.

Após incursionarmos nos aportes discursivos sobre o letramento literário e suas reais consequências para o ser humano e a sociedade, dada à força de indignação social que esse letramento possui, focalizaremos o Corpus de nossa pesquisa: o letramento literário Indígena, como um tipo de letramento que se encontra, ainda, na invisibilidade. Como contraponto a esse obscurecimento, elegemos os gêneros literários Lenda e Poema, como elementos de expressiva notoriedade da leitura oral e escrita da literatura Indígena, estando, portanto, longe do nosso alcance, o pedantismo de buscar uma interpretação dos mitos e das metáforas incorporadas nesses textos de origem germinalmente indígenas. Como conclusão, faremos uma breve consideração sobre a importância do tema sobre o qual nos propomos a discorrer neste trabalho.

2 O LETRAMENTO

Faz-se necessário, para um alcance da perspectiva de letramento sob o modelo ideológico (STREET, 2006), à qual nos propomos no presente trabalho, situarmo-nos a priori, sobre o conceito de letramento contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1988, p.19), os quais afirmam que ele é

[...] o produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas.

A partir do entendimento decorrente dessa concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, segundo a qual “nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas” (1988:19), podemos inferir que, embora os apelos pela leitura e pela escrita sejam diversos e massificantes no universo urbano moderno, que os estímulos para a participação ativa nessas práticas sejam correntes no dia-a-dia, sobretudo pluralizados pela sedução das peças publicitárias, expostas em inúmeros contextos, mesmo para os que não possuem o domínio básico da escrita dos sig-

nos linguísticos, ou seja, não sejam alfabetizados, o que dizer, então, das práticas de letramento exercidas pelos indivíduos situados em camadas sociais, distantes geográfica, sociocultural e economicamente dos grandes centros, isto é, das sociedades ditas “urbanas modernas”?

O que dizer dessas pessoas que não tiveram, desde a infância até a tenra idade, a mínima condição de oportunidade de acesso ao bem educacional formal primário, a alfabetização, pelo fato de, uma vez despossuídos economicamente, estarem inseridas no universo rural, que não tiveram, ao longo de suas vidas, senão a exclusão social, e a lida diuturna na lavra da terra alheia, enquanto camponeses, para buscar a própria sobrevivência e da sua família?

E, ainda: o que dizer das Comunidades Indígenas presentes em diversos Territórios no Semiárido? Longe dos grandes centros urbanos, cada Povo indígena não estaria participando, com suas práticas de letramento situadas, em seu próprio Território, do espectro de letramento presentes nos centros modernos?

A interculturalidade nos permite afirmar que os Povos indígenas, que compõem o universo de territórios inseridos no semiárido, participam, sim, de práticas de letramentos situadas, contextualizadas em seus territórios, e interagem com práticas de letramentos situadas em ambientes outros, culturalmente diferentes, em se tratando de sociedades modernas, até mesmo com outras etnias portadoras de culturas diferentes. Por exemplo, no Semiárido pernambucano, práticas de letramentos, numa perspectiva dialógica intercultural, ocorrem continuamente quando

Os povos indígenas, ao vivenciarem a dialética – local/global; nós/eles; sociedades indígenas/sociedades não-indígenas – há mais de 500 anos, vão reinventando suas tradições ao passo em que são influenciados e influenciam a sociedade majoritária que as cercam. (FELIX, 2007, p. 107)

Por isso, o letramento é situado (KLEIMAN, 1995) e ideológico (STREET, 2006), no sentido de que é formado por valores e práticas culturais em que está envolvido. Afirmar que o letramento é ideológico quer dizer que os usos da escrita nunca são neutros e descontextualizados, como propõe o modelo autônomo de letramento.

Contrapondo-se ao modelo autônomo de letramento, que predomina substancialmente nas práticas escolares, há um outro modelo, o ideológico. Pois, segundo Street (2006) no autônomo predomina a lógica de como o letramento condiciona, afeta as pessoas, tornando-as passivamente impactadas, transformadas pelo letramento, e o ideológico, que orienta o letramento sob uma outra perspectiva: a do empoderamento, isto é, como os sujeitos, a partir da ativação de suas criatividades, usam suas habilidades de letramento em face às suas próprias necessidades contextuais.

3 O LETRAMENTO LITERÁRIO

Uma prática de letramento que envolve muitas maneiras de utilização da linguagem seja escrita ou oralizada, e, nesse sentido, é um instrumento que potencializa o fortalecimento da identidade do sujeito é o letramento literário. Essa prática, que tem o seu prestígio no ambiente acadêmico, se vê relegada a um plano secundário, por vezes, negligenciada em muitas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental e Médio; quando muito, condicionada ao modelo predominante de letramento: o autônomo.

Entretanto, para falarmos sobre letramento literário, faz-se necessário compreendermos, basicamente, o que seja literatura e quais as suas possíveis funções na sociedade. Para tanto, recorremos a afirmações de estudiosos renomados, que irão elucidar-nos sobre esse universo tão fascinante, o qual nos faz compreender e ao mesmo tempo transcender à dura realidade do chão batido em que vivemos – sobretudo, na Região do Semiárido –, e que nos proporciona a possibilidade de ampliarmos nossos horizontes, a partir de novos olhares, de novos contextos, mesmo condicionados, muitas vezes, ao marasmo do cotidiano provinciano de uma “cidadezinha qualquer”, parafraseando um belíssimo poema de Carlos Drummond de Andrade.

Nesse sentido, ao considerarmos a literatura enquanto mola propulsora de significado e beleza do mundo imanente e de permitir que cada pessoa responda com mais positividade ao seu chamamento à plenitude humana, que Todorov (2009) envolto de extrema potencialidade criadora, afirma que

[...] Mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo. Somos todos feitos do que outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais; depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente. Ela nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo. Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação humana (TODOROV, 2009. p. 23-24, apud FILIPOUSKI e MARCHI, 2009, p. 9).

Nessa perspectiva, o letramento literário é uma trilha que se faz a partir da nossa própria experiência cotidiana, enquanto leitores das “letras” do mundo que nos circunda. Como por exemplo, a “leitura metereológica” para um (a) camponês (a) experiente: ao olhar para as nuvens que se avolumam, ele (a) afirma sem receio que elas sinalizam chuvas de trovoadas; uma pessoa que fita a outra e percebe um brilho diferente nos seus olhos, diz estar apaixonada; é essa espantosa multiplicidade, pluralidade e, simultaneamente, a impressionante singularida-

de de leituras que permeia a nossa subjetividade, transformando esta em fonte inesgotável de literariedade.

Por ser intrinsecamente ligada à realidade, a literatura nos desperta e nos propõe, no seu cerne, não somente a dimensão lúdica, relacionada ao prazer (MEILLELES, 1972, apud CAMPEDELLI & SOUZA, 2009, p.31; PIGLIA, 2006), a dimensão catártica, de purificação de sentimentos (JAUSS, 2011) e a dimensão filosófico-existencialista (NUNES, 2009), necessárias para o deleite dos desejos, permitindo-nos experimentar vivências nunca antes sentidas, removendo os muros da finitude e abrindo novos caminhos de relação conosco mesmos e de inter-relação com os outros, no nosso entorno, mas, sobretudo, com muito mais consistência, no seu aspecto germinal, nos potencializa à dimensão de indignação, de conscientização e de engajamento social. (CÂNDIDO, 2011).

Sendo assim, o letramento literário, mais do que nos oferecer a possibilidade de enxergar a vida de uma forma mais prazerosa e de nos assegurar que há mais em nossa experiência de leitura de mundo do que costumamos conhecer, oferece-nos a literatura, na sua função expressiva de indignação social, como uma das perspectivas abertas de empoderamento identitário, posto que o sujeito, uma vez fortalecida a sua identidade como pessoa, através do letramento literário, quer pela leitura oral, quer pela escrita, se situa no papel de sujeito potencialmente disposto ao embate ideológico na sociedade. Pois, como afirma CAMPEDELLI & SOUZA (2009, p. 31-32),

Uma das mais importantes funções sociais da literatura é a conscientização. Conscientizar significa alertar, ou seja, denunciar situações de conflito, combater e debater por meio da obra literária.

Uma criação literária é engajada quando faz mediação de ideias. Seu engajamento é a própria conscientização que promove, a qual se define por um conjunto de atitudes que demonstram uma explícita posição política, inserindo sua produção como um veículo do debate social.

4 O LETRAMENTO LITERÁRIO INDÍGENA

Após esse rápido percurso para situarmos o leitor sobre a temática do letramento e do letramento literário, chegamos, então, ao nosso Corpus: o letramento literário Indígena. Graça Graúna, filha do povo potiguara, pesquisadora da literatura indígena, nos oferece conceito esclarecedor sobre essa Literatura:

Por meio da contação de histórias e dos cantos (considerados sagrados), melhor se compreende o conceito do saber ancestral. Nessa perspectiva, mito não significa men-

tira; mito é realidade, como sugere Mircea Eliade (1972). Essa consciência em torno da ancestralidade faz da literatura indígena um exercício do pensamento que pode ser revelado na feitura de um colar, de uma esteira e dos utensílios extraídos do barro; na textura da floresta, na plumagem e no canto dos pássaros; no coaxar dos sapos, anunciando a chuva; na convivência com os animais domésticos; na água, no ar e outros elementos da natureza. Estes são alguns aspectos que compõem a especificidade da literatura indígena. (GRAÇA GRAÚNA, 2014, p. 53)

Percebemos nas reflexões de Graúna que a literatura Indígena não se faz senão com um forte exercício da oralidade, uma vez que constitui um dos elementos essenciais da tradicionalidade, da ancestralidade do povo indígena. Corroborando com essas reflexões, a pesquisadora da Literatura Indígena, Maria Inês de Almeida (2004), a respeito da importância da expressão oral ou escrita das narrativas indígenas como elemento de resistência, nos diz que

Contar o mito é batalhar pela sobrevivência do próprio povo. Superior à História, o sentido do mito existe na utilização repetitiva por grupos sociais que fundam sua unidade através de ritos que reencenam, de maneira intangível, o acontecimento da origem. (ALMEIDA E QUEIROZ, 2004, P. 251)

[...] Através da escrita e publicação de suas narrativas, de seus cantos, de sua poesia, os índios agora ensaiam nova forma de figurar na História, passando pelo processo de desfiguração, como uma revelação da sua realidade existencial, que obedece a princípios diferentes dos modelos ocidentais.

Nesse processo, o que as comunidades indígenas consideram extremamente importante é a escrita de seus mitos. (ALMEIDA & QUEIROZ, 2004, P.233)

E o que é a narrativa mítica senão, entremeadada pelos sinuosos contornos do cotidiano hodierno, uma tentativa de não deixar escapar da nossa memória os tempos ancestrais. Entretanto, se, para o não-índio, a questão do mito não tem grande relevo, para o povo indígena, por sua vez, seja de qualquer etnia, sobretudo para o Povo Pankararu, essas narrativas representam um dos pilares de sua sobrevivência.

Sendo assim, para fortalecer o Corpus deste trabalho, o letramento literário indígena, transcrevemos, na íntegra, uma das Lendas substanciais do Povo Pankararu:

A Serra da Leonor

Quando chega a época da festa do umbu, nós Pankararu escolhemos as moças para dançar as quatro corridas.

Um dia, entre essas moças, havia uma jovem muito bonita, meiga e inocente. Leonor, era o seu nome. Ela estava vivendo, pela primeira vez, o dia que veio sua regra. Leonor não sabia que não podia comer comidas carregadas, como caças, por exemplo.

Ela comeu um quarto de juriti.

Com o passar dos dias, Leonor foi ficando diferente, diferente... O povo dizia, que ela estava criando penas. Mas não eram penas. No seu corpo estava nascendo algo como

escamas de peixe. Todos estavam ficando com medo dela.

Os índios sábios, que tinham o poder, combinaram prendê-la numa gruta, benzendo-a com arco, flecha e com a palavra. Muitos dos nossos antepassados acompanharam e a viram sendo levada para serra. Lá, ela ficou presa nas ordens dos sábios Pankararu.

Quando os índios voltaram na gruta não mais encontraram Leonor, disseram que ela havia se encantado ou virado um bicho.

E, todos os anos, quando as moças iam buscar umbu no Barrial, chamavam por ela, gritando:

- Vamos Leonor! Vamos Leonor!

E ela respondia:

- Esperem por mim que eu também vou!

E ela respondia:

- Esperem por mim que eu também vou!

Muitos anos se passaram até que ela deixou de responder.

Dizem que a gruta onde Leonor foi colocada se fechou e a serra ficou conhecida como a “serra da leonor”. (Professoras/es e lideranças Atikum, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Pipapã, Truká e Xicuru de Pernambuco. Meu Povo canta. Centro de Cultura Luiz Freire. Projeto Educação e Etnia, 2ª edição, 2006. Olinda, PE.)

Por integrarmos outra cultura, ocidentalizada e hegemônica, fundada no pilar da racionalidade, não nos cabe, pelos limites que o próprio racionalismo nos impõe, tentarmos compreender a mística e as metáforas que povoam um mito indígena, expresso, nesse contexto, através de uma Lenda ancestral. Se tentássemos, seria o mesmo que aniquilar a ficção, genuína, primitiva, do povo indígena. Seria uma invasão do seu território simbólico. Como afirma a pesquisadora Suzane Costa Lima (2011): “Matar a ficção, para os indígenas, é perder a terra; para ficcionar é necessário o retorno às metáforas de origens.” Sequer a interculturalidade nos permite insinuar essa pretensão. Caso contrário estaríamos incorrendo no risco da descontextualização e num distanciamento abissal do nosso propósito com o presente trabalho. O silêncio, nesse sentido, para o não-índio, se torna o melhor caminho diante do mistério da ancestralidade secular do povo indígena.

E foi, no ocaso da palavra e na alvorada do silêncio, que Marilene da Silva Santos, Professora indígena Pankararu, graduanda do 6º período do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela UNEB, Campus VIII, nos concedeu, gentilmente, um breve relato sobre a importância da Lenda da Serra da Leonor, para o seu Povo:

A Serra da Leonor é mais que uma lenda, é um ensinamento sobre o respeito, a cultura, as crenças, e principalmente o respeito aos mais velhos. O que eles nos ensinam, pra nós é lei. É impressionante o que sentimos ao nos aproximarmos da serra onde a moça sumiu; são sensações que só quem sente entende. Essa lenda é marca registrada do Povo Pankararu.

Segundo MUNDURUKU (2011), “pensar a literatura indígena é pensar no movimento da memória para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade.” Nesse sentido, entendemos que a escrita indígena como afirmação da oralidade faz do letramento literário indígena um instrumento empoderador da identidade do sujeito indígena, pois, como afirma Suzane Costa Lima (2011): “[...] a escritura nas aldeias são mais do que lugar comum: são valores coletivos e bens simbólicos.”

O letramento literário indígena ganha pujança, então, no momento em que os próprios índios, a partir do seu território simbólico, a palavra oralizada e escrita, se conscientizam da sua força enquanto sujeitos empoderados do protagonismo na construção de sua própria literariedade. Segundo ALMEIDA (2009 apud GUESSE 2013),

A possibilidade de estarem os índios escrevendo em suas línguas e em língua portuguesa, publicando, sem, contudo abandonarem suas próprias linguagens, traça no idioma mesmo do dominador uma geografia dos rebeldes, dos que se deixam ficar fora da chamada civilização ocidental. (...) na prática de uma escrita indígena em língua portuguesa, o propósito será de dar a ler ao mundo, dádiva que cria legentes, suas imagens e a imagem de suas vozes. Se as narrativas indígenas estavam restritas a condição de mitos, vivos na oralidade, mas letra morta nos registros científicos, agora, mudadas em texto elas fazem parte de uma estética do fulgor, da pujança, da repartição dos dons ... (p. 61-66).

Um dos exemplos fortes dessa “geografia dos rebeldes” à qual se refere Almeida, acima, é a escritura produzida pela índia Potyguara, Graça Graúna. Segundo essa escritora indígena

Aos poucos, a literatura indígena no Brasil está saindo da invisibilidade. Essa literatura pode ao mesmo tempo alimentar sua resistência nas favelas ou se fortalecer em meio ao sagrado toré onde quer que aconteça. Fruto da experiência com o barro, com as ervas, com as sementes, com as folhas das palmeiras, com os cantares e os lamentos do mundo animal; com o espírito vigilante dos protetores das matas; com a sofreguidão das árvores decepadas pela serra elétrica; com as aldeias destroçadas pelo agronegócio, a literatura indígena faz parte de um mundo que, infelizmente, muitos desconhecem.

E é no sentido de contribuir para que a Literatura Indígena saia, cada vez mais, da invisibilidade, que lançamos mão da escritura singular e plural da poeta Graça Graúna, ao transcrevermos, na íntegra, o belíssimo poema de sua autoria: Um e muitos juntos:

I
Na travessia:
amassar o barro

dar tempo ao tempo
curar a panela
beber do pote
a água da chuva
e repartir
o que vem da fonte
o que vem da terra
e as oferendas do mar

II

No caminho de volta
no pé da Serra do Mar
vislumbro uma árvore curvada pelo tempo
suas raízes abraçam a terra
e seguem o curso natural das águas
onde mil pássaros alimentam
seu eterno canto

III

Na travessia, só escuto
e vou tecendo o colar
em meio à saudade
da minha aldeia

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, ao longo de nossa exposição, que os letramentos são múltiplos e, as suas modalidades autônoma e ideológica, trazem sérias implicações para o mundo da escrita e da leitura. E, implicações, também, para o letramento literário, por força de sua função social, sobretudo para os Povos indígenas, cujas narrativas, ainda, se encontram na obscuridade. Pois, como afirma Graça Graúna (2013): “A voz indígena configura uma estética diferente. Diante desta diferença, as academias em geral resistem em reconhecer a existência da literatura indígena.”

Na certeza de que tentamos contribuir, não somente com a exposição conceitual, mas, também, com comentários, embora sucintos, sobre os elementos de discussão: letramento, letramento literário e, como Corpus o letramento literário indígena, trazendo a lume, em forma desse letramento: uma lenda e um poema indígena, para a ampliação da compreensão da sua importância social, e colocar em relevo a expressividade da literariedade indígena como empoderamento da identidade do Povo indígena, e a pujança de suas narrativas, quer orais e/ou escrita, em territórios situados no semiárido, este trabalho ganha certa relevância, e, por isso mesmo, quer ser uma espécie de ponto de provocação para futuras e pertinentes discussões a respeito do tema abordado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. Na captura da voz: As edições da narrativa oral no Brasil. Belo Horizonte: A Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

ALMEIDA, Maria Inês de. Desocidentada: experiência literária em terra indígena. (2009, p. 61-66) In: GUESSE, Érica Bergamasco. Prática escritural indígena: a literatura que se constitui a partir da terra. http://anais.abralic.org.br/trabalhos/Completo_Comunicacao_oral_idinscrito_859_19e6c23cb103afbbbed22f111b78842c7.pdf. Acesso em 06 jun 2014.

CANDIDO, Antônio. O direito a literatura: vários escritos. <http://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2011/10/candido-antonio-o-direito-c3a0-literatura-in-vc3a1rios-escritos.pdf>. Acesso em 06 jun de 2014

CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa Souza. Literaturas: Brasileira e portuguesa: Vol. Único. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRAÚNA, Graça. Literatura: Diversidade Étnica e outras Questões Indígenas. http://www.todasasmusas.org/10Graca_Grauna.pdf. Acesso em 31 mai de 2014.

_____ <http://www.ggrauna.blogspot.com.br/2013/04/um-e-muitos-juntos.html>. Acesso em 31 mai de 2014.

JAUSS, Hans Robert. O Prazer Estético e as Experiências Fundamentais: Da Poiesis, Aisthesis e Katharsis. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra. p. 85-103.

KLEIMAN, A. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. In: _____ (org) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LIMA, Suzane Costa. Das escrituras às escrituras: exercícios de inestética. <http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0998-1.pdf>. Acesso em 05 jun de 2014.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais de língua portuguesa, 3º e 4º ciclos. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1988.

MEIRELES, Cecília. Obra poética (1972). In: CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa Souza. Literaturas: Brasileira e portuguesa: Vol. Único. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 31.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura: reencontro da me-

mória. <http://www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=51>. Acesso em 06 jun de 2014.

NUNES, Benedito. O dorso do tigre. São Paulo, SP. Editora 34, 2009, 3ª Ed.

PIGLIA, Ricardo. O Leitor. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

Professoras/es e lideranças Atikum, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Pipapã, Truká e Xicuru de Pernambuco. Meu Povo canta. Centro de Cultura Luiz Freire. Projeto Educação e Etnia, 2ª edição, 2006. Olinda, PE.

STREET, Brian; BAGNO, Marcos. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Filologia e Linguística Portuguesa, Brasil*, n. 8, p. 465-488, ago. 2006. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/flp/article/view/59767>>. Acesso em: 01 Jun. 2014.